

HABEAS CORPUS Nº 525.197 - PE (2019/0228884-0)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : KENNEDY MIRENDA DE ARAUJO
ADVOGADO : KENNEDY MIRENDA DE ARAUJO - PE0045474
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : DIEGO DE MOURA LOURENCO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de **DIEGO DE MOURA LOURENÇO** contra acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi representado pela prática de ato infracional equiparado ao crime de roubo majorado. A representação foi julgada procedente, sendo aplicado ao adolescente a medida socioeducativa de internação.

Após o cumprimento da medida, a defesa impetrou **habeas corpus** ao Tribunal, que denegou a ordem, nos termos do acórdão juntado às fls. 10-13.

No presente **writ**, o impetrante alega que: "*No SDS - Sistema Polícia Ágil, consta, no nome do Senhor Diego de Moura Lourenço, um mandado de busca e apreensão e um mandado de prisão em aberto. O mandado de busca e apreensão é referente ao processo de execução nº: 01132-49.2012.8.17.0202, decorrente do Processo de Conhecimento nº: 29-41.2011.8.17.0220 da Vara Regional da Infância e Juventude da 14ª Circunscrição, que possui jurisdição na Comarca de Arcoverde/PE, no qual o Sr. Diego foi julgado por atos infracionais ocorridos quando este possuía menoridade penal, tendo este mandado já sido devidamente cumprido, como consta no próprio Sistema Polícia Ágil, com o Sr. Diego já tendo cumprido sua medida socioeducativa de internação.*"

Requer, ao final, a concessão da ordem, "*determinando-se a atualização do SDS - Sistema Ágil e de todo e qualquer outro sistema no qual*

conste em nome do paciente mandado de prisão ou de busca e apreensão, com a conseqüente baixa nos mandados de prisão e busca e apreensão e/ou expedindo-se o contramandado de prisão do mandado de prisão em anexo." (fls. 3-9).

O pedido liminar foi indeferido (fls. 25-26).

As informações foram prestadas às fls. 32-39.

O Ministério Público Federal, às fls. 41-42, manifestou-se nos termos da seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO A ROUBO. MEDIDA DE INTERNAÇÃO CUMPRIDA. MAIORIDADE PENAL. MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO E DE PRISÃO. - Consoante o tribunal a quo, inexistente mandado de busca e apreensão (ou de prisão) em desfavor do paciente. Pelo não conhecimento."

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Destarte, passo ao exame das razões veiculadas no **mandamus**.

O impetrante alega que: *" No SDS - Sistema Polícia Ágil, consta, no nome do Senhor Diego de Moura Lourenço, um mandado de busca e apreensão e um mandado de prisão em aberto. O mandado de busca e apreensão é referente ao processo de execução nº: 01132-49.2012.8.17.0202, decorrente do Processo de Conhecimento nº: 29- 41.2011.8.17.0220 da Vara Regional da Infância e Juventude da 14ª Circunscrição, que possui jurisdição na Comarca de Arcoverde/PE, no qual o Sr. Diego foi julgado por atos infracionais*

Superior Tribunal de Justiça

ocorridos quando este possuía menoridade penal, tendo este mandado já sido devidamente cumprido, como consta no próprio Sistema Polícia Ágil, com o Sr. Diego já tendo cumprido sua medida socioeducativa de internação."

Quanto ao **punctum saliens**, o Tribunal de origem informou que: *"constatou-se que inexistente mandado de busca e apreensão válido em desfavor do socioeducando, o que foi reforçado pelas informações prestadas pelo juízo da vara Regional da Infância e Juventude da 14ª Circunscrição. No que se refere ao mandado de prisão supostamente expedido pelo juízo de direito da vara única da Comarca de Canhotinho, consoante informações apresentadas pelo respectivo juízo e em consulta ao sistema Judwin de 1º Grau, não se visualizou qualquer ação penal ou mandado de prisão em desfavor do paciente."*

Na hipótese, considerando as informações exaradas pelo Tribunal de origem, denota-se que inexistente mandado de prisão em nome do paciente, de modo que, o presente **writ** se encontra prejudicado, ante a carência de objeto.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, do RISTJ, **julgo prejudicado o presente habeas corpus**.

P. e I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator